

Direito Constitucional

Professor: Luis Alberto



O que é princípio?



1) “Mandamento nuclear de um sistema”

2) “Ordenações que irradiam ou imantam o sistema de normas”

3) “ Núcleos de condensações nos quais confluem bens e valores constitucionais”

4) “Base de normas jurídicas (normas princípio), constituindo-se preceitos básicos de organização constitucional.

José Afonso da Silva

Gomes Canotilho e
Vital Moreira



Quais as diferenças entre regras e princípios?



CONFORME TEORIA DE ROBERT ALEXY E DWORKIN

**Norma
Jurídica**

Regra

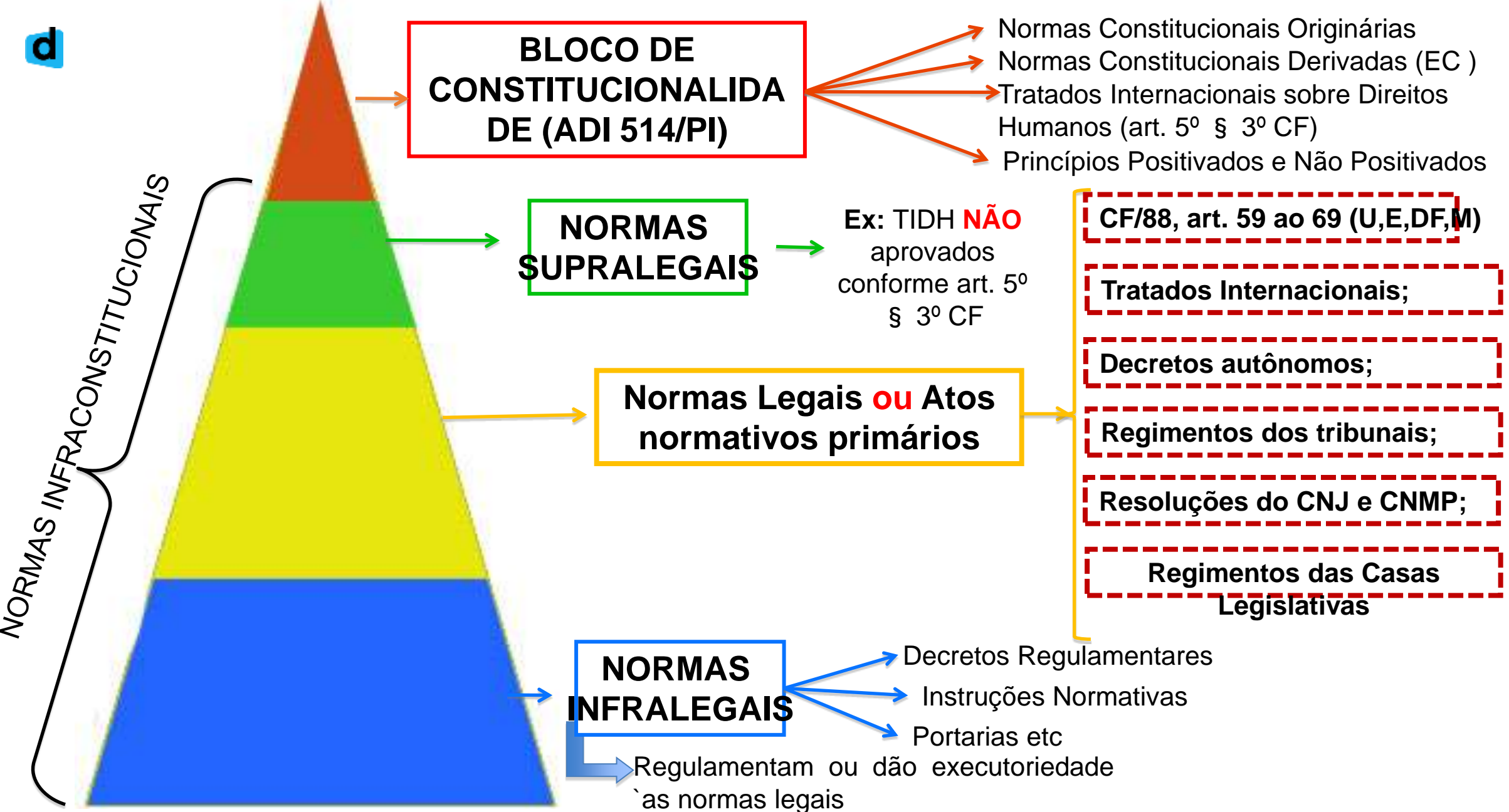
Princípio

Na CF/88

**Norma
Constitucional**

**Regra
Constitucional**

**Princípio
Constitucional**



BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE (ADI 514/PI)

- Normas Constitucionais Originárias
- Normas Constitucionais Derivadas (EC)
- Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos (art. 5º § 3º CF)
- Princípios Positivados e Não Positivados

NORMAS SUPRALEGAIS

Ex: TIDH **NÃO** aprovados conforme art. 5º § 3º CF

Normas Legais ou Atos normativos primários

- CF/88, art. 59 ao 69 (U,E,DF,M)
- Tratados Internacionais;
- Decretos autônomos;
- Regimentos dos tribunais;
- Resoluções do CNJ e CNMP;
- Regimentos das Casas Legislativas

NORMAS INFRALEGAIS

- Decretos Regulamentares
- Instruções Normativas
- Portarias etc

Regulamentam ou dão executoriedade as normas legais

NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS



ORDENAMENTO JURÍDICO

BRASILEIRO

**BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE
(ADI 514/PI)*****

Normas Constitucionais Originárias

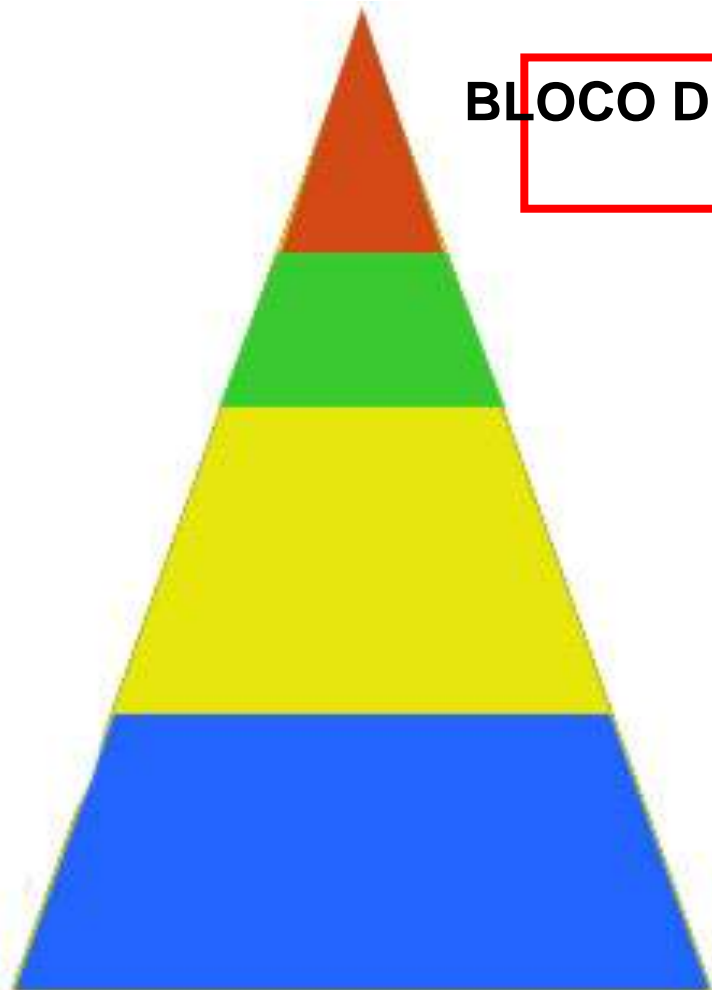
Normas Constitucionais Derivadas (E.C.)

Tratados Internacionais sobre
Direitos Humanos (art. 5º § 3º
CF) → EC 45/2004

**Princípios Positivados e Não
Positivados**

**Relação de compatibilidade vertical
ou
Hierarquia das fontes**

STF

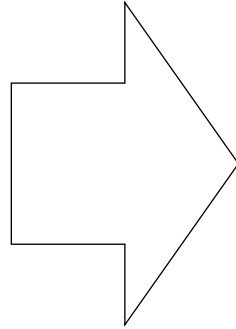




PRINCÍPIOS	REGRAS
Conteúdo aberto, apontando para várias direções	Conteúdo fechado, rígido
Ponderação	Tudo ou Nada

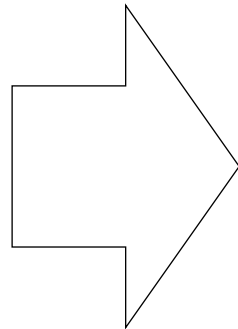
d

REGRAS



As **regras** pertencem ao **mundo do**
juridicamente existente e **do**
peremptoriamente válido

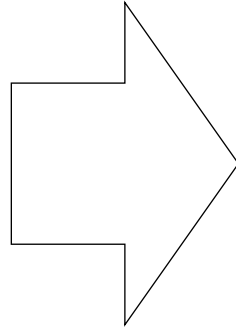
PRINCÍPIOS



Os **princípios** estão no indefinido **mundo**
do possível ou do **concomitantemente**
possível.

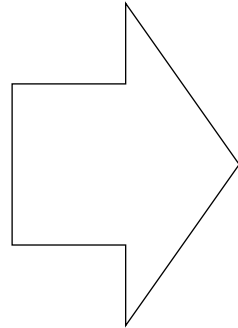
d

REGRAS



As regras são aplicáveis na maneira do “**tudo ou nada**”. Vale dizer, **se uma regra é válida, deverá ser aplicada na sua totalidade.**

PRINCÍPIOS



- ✓ Os princípios indicam uma **direção, um valor, um fim.**
- ✓ Os princípios **não são aplicados** na modalidade **tudo ou nada**, mas **de acordo com a dimensão de peso que assumem na situação específica.**

Leitura importante!!!

Não é suficiente para a aplicação de um princípio no caso concreto que as **condições fáticas** estejam satisfeitas, ou seja, não existe aplicação automática de um princípio, pois ele estará condicionado as **possibilidades fáticas** e **JURÍDICAS**. Foi o que Alexy denominou de **mandados de otimização**.

Essas **possibilidades jurídicas** são determinadas pela colisão entre princípios ou entre regras de acordo com o caso concreto.

**Banca: MPE-SC Órgão: MPE-SC Prova: MPE-SC - Promotor
de Justiça - Matutina**

Com relação à distinção lógica entre princípios e regras jurídicas, Dworkin sustenta que as regras são aplicáveis à maneira de um “tudo ou nada” (all-or-nothing), ou são completamente aplicáveis ou não possuem nenhuma aplicação. Os princípios, por outro lado, constituem-se em razões para decidir, não sendo aplicáveis automaticamente quando satisfeitas as condições previstas como suficientes a sua aplicação.

d

PRINCÍPIOS POLÍTICO- CONSTITUCIONAIS

- ✓ Representam decisões políticas fundamentais
- ✓ Base do Estado
- ✓ Princípios Fundamentais

Ex: indissolubilidade do vínculo federativo, o pluralismo político e a dignidade da pessoa humana.

PRINCÍPIOS JURÍDICO - CONSTITUCIONAIS

- Derivam do anterior
- Referem-se a ordem jurídica nacional
- Dispersos no texto Constitucional

Ex: princípios do devido processo legal, do juiz natural e da legalidade.

Banca: EJEJF
Órgão: TJ-MG

3) A doutrina constitucionalista evoluiu até o reconhecimento atual da normatividade:

- a) das disposições constitucionais gerais.
- b) das disposições constitucionais transitórias.
- c) das regras constitucionais.
- d) dos princípios constitucionais.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

ou

**Princípios Político-
Constitucionais**



Princípios Fundamentais (José Afonso da Silva)

Matriz das normas
constitucionais

São normas
princípio ou normas
fundamentais

Define e caracteriza
a coletividade
política e o Estado

Enumera as principais
opções político-
constitucionais



Princípios Fundamentais (Gomes Canotilho)

Decorrem dos princípios

Definidores da
forma de
Estado

Definidores da
estrutura do
Estado

Estruturantes do
regime político

Caracterizadores da forma
de governo e da organização
política e geral.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (RELEVÂNCIA JURÍDICA)

NORMAS-SÍNTESE
ou
NORMAS-MATRIZ

Ex: art. 1º p.u ; art. 2º

NORMAS
INDICATIVAS DOS
FINS DO ESTADO

Ex: art. 3º ,III

NORMAS DE
COMPORTAMENTO DE
PESSOA JURÍDICA DE
DIREITO
INTERNACIONAL.

Ex: ART. 4º



**TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS
FUNDAMENTAIS**

ART. 1º FUNDAMENTOS

**ART. 2º SEPARAÇÃO DOS
PODERES**

ART. 3º OBJETIVOS

**ART. 4º RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Orientaram o
Poder
Constituinte
Originário na
elaboração da
Constituição,

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:



REPÚBLICA

✓ Coisa Pública

✓ Forma de Governo*



Forma de Governo
(José Afonso da
Silva).

Maneira como se dá a instituição do poder na sociedade

Relação entre governantes e governados.

Quem deve exercer o poder e como este deve exercer.

B) RESPONSABILIDADE DOS GOVERNANTES

<i>REPÚBLICA</i>	<i>MONARQUIA</i>
Governo Temporário	Governo Vitalício
Eleições	Eleições*
Responsabilização dos governantes	Responsabilização dos governantes

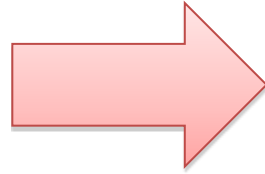
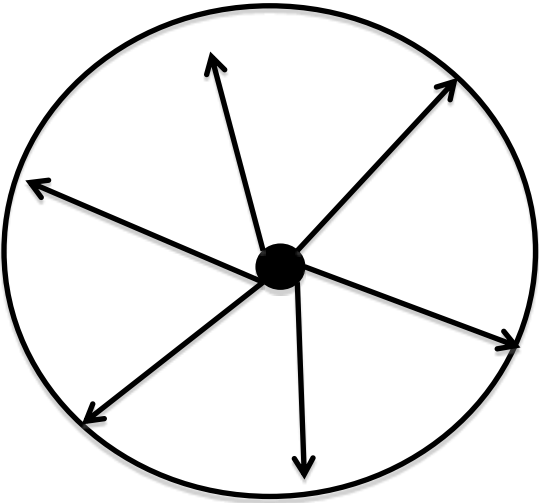
*No Vaticano o papa é monarca eleito pelo Conclave



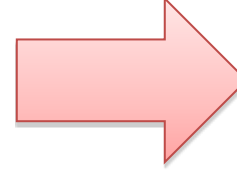
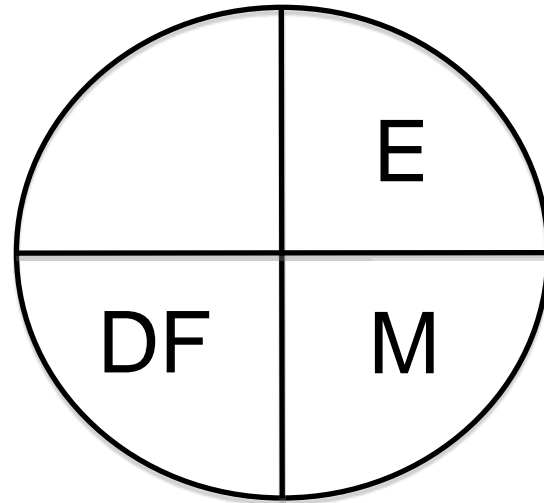
FEDERAÇÃO

O

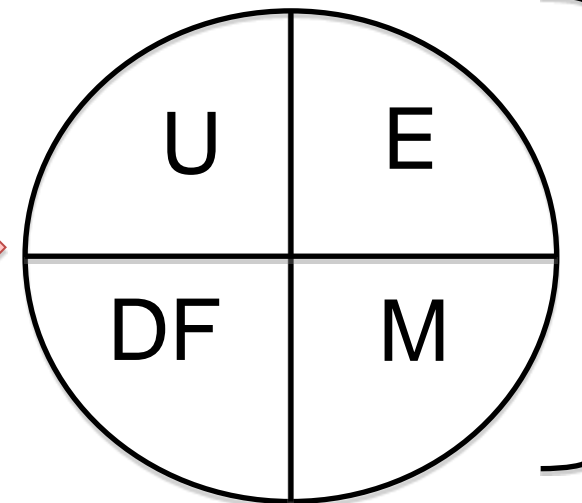
d ESTADO UNITÁRIO



ESTADO FEDERADO



RFB SOBERANIA



AUTO-NOMIA

Constituição de 1824

Constituição de 1891



CAPACIDADES DA AUTONOMIA FEDERATIVA

**Auto-
organização**

Autogoverno

Autoadministração

Criação de
normas

Ter governo próprio,
a ser eleito pela
respectiva população

Autonomia para
organizar e prestar os
serviços que lhe são
próprios.

d

PESSOAS POLÍTICAS

- 1) União;
- 2) Estados;
- 3) Municípios;
- 4) Distrito Federal

Possuem capacidade legislativa.

Ex: Art. 21 (competência privativa da União)

PESSOAS ADMINISTRATIVAS

- 1) Autarquias
- 2) Empresas Públicas;
- 3) Sociedade de Economia Mista;
- 4) Fundação Pública.

Executam as normas (atividade administrativa)



Tipos de Federalismo



Quanto à formação histórica

Federalismo por Agregação

Os Estados Independentes **mitigam** sua soberania para **fundirem-se** e constituírem um **novo Estado Federativo**.

- ✓ **Passam a ser autônomos**
- ✓ **Indissolubilidade do vínculo federativo;**
- ✓ **Movimento centrípeto.**

Ex: EUA, Suíça, Alemanha.

Federalismo por Desagregação (segregação)

Origem: partiu de Estado unitário que se descentralizou;

- ✓ **Movimento centrífugo.**

Ex: Brasil.

d

Quanto a separação de atribuições (competências)

Federalismo Dual ou Clássica

Rigidez na separação de atribuições entre os entes federativos;

Não há cooperação entre os entes.

Ex: EUA **em sua origem**

Federalismo Cooperativo ou Neoclássico

Atribuições conjuntas (comuns **ou** concorrentes) entre os entes federativos.

Conclusão: aproximação entre os entes federativos.

Ex: Brasil

d **CESPE - ACE (TCE-PE)/TCE-PE/Auditoria de Contas Públicas/2017**

Ao consagrar o modelo do federalismo dual, a CF, no que tange à distribuição de recursos orçamentários, assegurou maior grau de separação entre o poder central e as unidades federadas



CORRENTES DO
FEDERALISMO SIMÉTRICO

X

ASSIMÉTRICO

d

1ª CORRENTE

Quanto ao equacionamento de desigualdades

Simétricas

Distribuição igualitária de competências e receitas entre os entes federativos.

* CF/88

Assimétricas

Disparidades socioeconômicas entre os entes federativos.

Procura-se reduzir as desigualdades.

2ª CORRENTE

Quanto a cultura, língua e desenvolvimento

Federalismo Simétrico

Homogeneidade de:
cultura;
desenvolvimento
língua.

Federalismo Assimétrico

Diversidade de:
cultura,
desenvolvimento
língua.



Federalismo Orgânico

Estado é considerado
"organismo"

Sustenta a manutenção
do "todo" em detrimento
da "parte".

Surgiu no sec. XX, atendendo, direta ou indiretamente, aos objetivos ditatoriais de governos federais socialistas e da América Latina.

Estados-Membros:
simples reflexo do "*todo-*
poderoso poder central"

Federalismo de integração

Visa à integração nacional, com **preponderância do Governo central** sobre os demais entes;

Federalismo **apenas no aspecto formal**;

Se aproxima de um Estado unitário descentralizado.

Dependência, por parte das unidades federativas, **em relação ao Governo da União federal**



Federalismo equilíbrio

Harmonia entre os entes
federativos, reforçando-se as
instituições.

Estabelecimento de
regiões de
desenvolvimento
(entre os Estados)

Estabelecimento de
regiões metropolitanas
(entre os municípios)

Concessão de
benefícios, além da
redistribuição de
rendas



Exemplos de Federalismo de Integração

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

Art. 25 § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.



Federalismo de segundo grau

A auto-organização dos Municípios deverá observar **dois graus**:

Constituição Federal

Constituição do
respectivo Estado

Ano: 2017 Banca: CESPE Órgão: Prefeitura de Fortaleza – CE
Prova: Procurador do Município

Com fundamento na disciplina que regula o direito financeiro e nas normas sobre orçamento constantes na CF, julgue o item a seguir.

A adoção do federalismo cooperativo equilibrado pela CF visa à redução das desigualdades regionais.

d

**Ano: 2016 Banca: AOCP Órgão: Sercomtel S.A
Telecomunicações**

1) Quanto à formação histórica, o federalismo brasileiro se classifica como

- a) de desagregação.
- b) dual.
- c) de agregação.
- d) simétrico.
- e) orgânico.



Banca: CESPE Órgão: Câmara dos Deputados
Prova: Analista Legislativo

2) A respeito da organização do Estado brasileiro e do federalismo, julgue os itens que se seguem.

No federalismo orgânico, há uma presença marcante do ente federal, em detrimento das unidades federadas.

Banca: FEMPERJ Órgão: TCE-RJ Prova: Analista de Controle Externo - Controle Externo

3) Por possuir unidade de soberania e pluralidade de autonomia com fundamento na Constituição, o Brasil é tido como uma federação. O federalismo brasileiro é classificado como:

- a) simétrico; centrífugo; de quatro níveis e cooperativo;
- b) assimétrico; centrífugo; de dois níveis e de integração;
- c) simétrico; centrípeto; de dois níveis e de integração;
- d) assimétrico; centrífugo; de quatro níveis e cooperativo;
- e) assimétrico; centrípeto; de quatro níveis e de integração.

Banca: FAPEC Órgão: MPE-MS Prova: Promotor de Justiça Substituto

4) Sobre o federalismo na Constituição de 1988, é correto afirmar que:

a) No federalismo simétrico o pressuposto é que existe uma desigualdade regional, a exemplo que prescreve o inciso III, do art. 3º, CF/88.

b) O sistema federal simétrico adotado, informa que cada Estado mantenha o mesmo relacionamento para com a autoridade central (União Federal).

c) Ao ser adotado o federalismo simétrico a CF/88 reconhece a desigualdade jurídica e de competências entre os entes da Federação.

d) A Constituição Federal de 1988 rejeita a ideia de federalismo assimétrico em razão do reconhecimento das desigualdades regionais.

e) O federalismo assimétrico é reconhecido pela Constituição Federal de 1988 quando esta informa a igualdade jurídica e de competências entre os entes federados.

d Banca: CESPE Órgão: MPOG Prova: [Analista de Infraestrutura](#)

5) A Federação brasileira — formada, de acordo com o disposto na CF, pela união indissolúvel da União, dos estados-membros, do Distrito Federal e dos municípios — é um federalismo do tipo assimétrico, em razão da falta de homogeneidade entre os entes federativos

Ano: 2016 **Banca:** CESPE **Órgão:** TRT - 8ª Região (PA e AP) **Prova:** Analista judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal

6) A forma de federalismo adotada no Brasil é conhecida como federalismo de segregação e centrífugo, sendo os estados-membros dotados de autogoverno.



FEDERAÇÃO

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos **Estados e Municípios e do Distrito Federal**, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.



TERRITÓRIOS FEDERAIS

Art. 18 § 2º - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em **lei complementar**.

NÃO SÃO COMPONENTES DA FEDERAÇÃO



INTEGRAM A UNIÃO



AUTARQUIAS



PODEM SER SUBDIVIDIDOS EM MUNICÍPIOS

**Banca: CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista
Judiciário - Área Administrativa**

7) São entes federativos que podem ser divididos em municípios

- a) somente os Estados.
- b) Estados e Distrito Federal.
- c) Estados e Territórios.
- d) Estados, Distrito Federal e Territórios.

d

FORMA DE ESTADO

Distribuição do Poder Político no território

Organização político-administrativa

ESTADO SIMPLES

ESTADO COMPOSTO

ou

COMPLEXO

ESTADO UNITÁRIO

Multiplicidade de organizações governamentais, distribuídas regionalmente.

Unidade do Poder Político (Poder Central);

Descentralização **administrativa**

CONFEDERAÇÃO

FEDERAÇÃO

- 1) Soberania;
- 2) Secessão;

- 1) Autonomia;
- 2) **Vedação** à Secessão;
- 3) Intervenção.

d Banca: FUNCAB Órgão: SSP-SE Prova: Papiloscopista

8) Acerca do Estado unitário e do Estado federativo, assinale a alternativa correta quanto às suas características, respectivamente.

a) No Estado unitário, o poder central é a cúpula do poder político / O Estado federativo é formado pelo desmembramento geográfico de vários Estados-membros.

b) No Estado unitário, desconcentra-se somente a administração, que hierarquicamente é subordinada à administração central / No Estado federativo, os Estados-membros abrem mão de sua soberania em favor do Estado.

c) No Estado unitário, há divisão territorial de poder político / O Estado Federal representa em si a ideia de união de Estados, garantida pela Constituição de um país.

d) O Estado unitário é aquele em que o governo nacional assume parcialmente a direção de todos os serviços públicos / No Estado federado, a participação ocorre pela representatividade presente nas Câmaras do Poder Legislativo.

e) O Estado unitário se mostra como um poder que age heterogeneamente e de igual modo sobre um território / O Estado federado se mostra no que se refere à distribuição e sua atuação na mesma área de povo, território e poder político.

d

Banca: FGV Órgão: TJ-PI

Prova: Analista Judiciário -Escrivão Judicial

13) A Constituição de 1988, ao enunciar os seus princípios fundamentais, fez menção, em seu art. 1º, à “República Federativa do Brasil” e ao “Estado Democrático de Direito”. Considerando a essência dessas expressões, é correto afirmar que a forma de Estado adotada é a:

d

a) composta;

b) republicana;

c) unitária;

d) presidencial;

e) representativa.



Qual a diferença entre
Estado Federado e Estado
Federal?



d

Estado Federado

✓ Relaciona-se ao ente federativo;

✓ Autonomia

Sinônimo: estado-membro.

Estado Federal

✓ Relaciona-se a federação;

✓ Soberania

Sinônimo: República Federativa do Brasil com suas entidades autônomas.

d

Banca: FCC Órgão: PGE-RJ

Prova: Técnico Assistente de Procuradoria

- 9) É uma característica do Estado Federal brasileiro a
- a) delegação de competência remanescente à União.
 - b) autonomia dos Municípios.
 - c) centralização político-administrativa das unidades federadas.
 - d) autonomia dos Territórios.
 - e) soberania dos Estados-Membros e do Distrito Federal.

**▪ Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: TRT - 8ª Região
(PA e AP) Prova: Analista Judiciário - Tecnologia da
Informação**

10) Cabe à União o exercício de atribuições da soberania do Estado brasileiro, razão por que esse ente se confunde com o próprio Estado federal.

11) NÃO constitui característica do Estado federal:

a) A existência de um corpo próprio de funcionários de cada Estado federado, não subordinado às autoridades federais.

b) A participação dos Estados federados na vontade criadora da ordem jurídica nacional.

c) A existência de delegação de poderes feita por lei ordinária pelo órgão legislativo central, possibilitando a edição de leis pelos legislativos regionais.

d) A previsão de distribuição de competências na Constituição Federal.

e) A autonomia dos Estados federados.

d Banca: Prefeitura do Rio de Janeiro – RJ Órgão: SMA-RJ
Prova: Contador (Procuradoria Geral)

12) Constitui pessoa jurídica de Direito Público Interno:

- a) o Estado Federal;
- b) a União;
- c) a Presidência da República;
- d) o Governo Federal.



NOÇÕES GERAIS DE TEORIA DO ESTADO

FORMA DE ESTADO

FEDERAL

UNITÁRIO

CONFEDERAÇÃO

FORMA DE GOVERNO

REPÚBLICA

MONARQUIA

ARISTROCACIA

SISTEMA DE GOVERNO

PRESIDENCIALISTA

PARLAMENTARISTA

DIRETORIAL

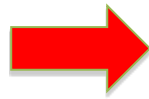
REGIME POLÍTICO OU DE GOVERNO

DEMOCRACIA

AUTOCRACIA



FORMA DE GOVERNO:



REPÚBLICA

***Forma de governo:** Conceito que se refere à maneira como se dá a instituição do poder na sociedade e como se dá a relação entre governantes e governados. Responde a questão de quem deve exercer o poder e como este se exerce. (**José Afonso da Silva**)*



SISTEMA DE GOVERNO:



PRESIDENCIALISMO

Sistema de governo: Diz respeito ao modo como se relacionam os poderes, especialmente o Legislativo e o Executivo, que dá origem aos sistemas parlamentarista, presidencialista e diretorial. **(José Afonso da Silva)**

ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Auditoria

De uma Constituição que adota uma chefia dual do Executivo, com um Chefe de Estado e um Chefe de Governo, em que a permanência deste no cargo depende da confiança do Poder Legislativo, pode-se dizer que adota característica típica do:

- a) Bicameralismo
- b) Estado unitário
- c) Federalismo de equilíbrio
- d) Presidencialismo
- e) Parlamentarismo



SISTEMA DE GOVERNO:



PRESIDENCIALISMO

Sistema de governo: Diz respeito ao modo como se relacionam os poderes, especialmente o Legislativo e o Executivo, que dá origem aos sistemas parlamentarista, presidencialista e diretorial. **(José Afonso da Silva)**



REGIME DE GOVERNO  **DEMOCRÁTICO**
ou POLÍTICO:

Distinguem-se os regimes de governo (ou político) em Democrático ou Autocrático

Autocracia: os **destinatários das normas** e da política governamental **não participam da sua produção**

Democracia: tem-se a participação dos destinatários das normas e políticas públicas na escolha dos titulares de cargos políticos

d

FORMA DE GOVERNO:



REPÚBLICA

REGIME POLÍTICO OU DE GOVERNO:



DEMOCRÁTICO

SISTEMA DE GOVERNO:



PRESIDENCIALISMO

FORMA DE ESTADO:



FEDERAÇÃO (SECESSÃO)



Banca: VUNESP Órgão: PGM – SP

14) Para atingir o bem comum, o Estado se estrutura para exercer o poder político. Nesse sentido, seguindo o conceito de Forma de Estado, a organização pode ser

- a) monarquia ou república.
- b) monarquia constitucional ou república.
- c) unitário ou federal.
- d) democrático ou autocrático.
- e) presidencialista ou parlamentarista.

15) De acordo com o estudo da Teoria do Estado, entende-se como forma de regime político:

- a) federalismo
- b) parlamentarismo
- c) imperialismo
- d) monarquia
- e) autocracia

d

Banca: FCC Órgão: DPE-SP

Prova: Agente de Defensoria - Cientista Social

16) São sistemas de governo:

- a) parlamentarismo e presidencialismo.
- b) unitarismo e federalismo.
- c) monarquia e república.
- d) hegemonia e democracia.
- e) monocracia e plutocracia.

Ano: 2018 Banca: CESPE Órgão: PC-MA Prova: Escrivão de Polícia

O preenchimento de cargos públicos mediante concurso público, por privilegiar a isonomia entre os concorrentes, constitui expressão do princípio constitucional fundamental

- a) federativo.
- b) da eficiência.
- c) da separação de poderes.
- d) do valor social do trabalho.
- e) republicano.



O que caracteriza o
Estado?



• De acordo com **Max Weber**, o que caracteriza o **Estado** é o **monopólio do exercício legítimo da força em uma sociedade**. Enquanto máfias e outras organizações armadas disputam entre si o controle sobre territórios e indivíduos pelo simples uso da força. O Estado se diferencia destas pela legitimidade com que se encontra investido para exercer, em última instância, a força física sobre os indivíduos.

• *Fonte: <https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/Exerc%C3%AAdcio-p%C3%B3s-585645.html>*



O que é o Estado?



Forma organizacional

- 1) Política;
- 2) jurídica e;
- 3) social



- 1) Território definido;
- 2) Governo soberano;
- 3) Constituição escrita (regra)

Elementos integrantes do Estado

SOBERANIA;

FINALIDADE; *

POVO;

TERRITÓRIO.

* Outros doutrinadores, todavia, referem apenas três elementos: **soberania, povo e território.**

ESTADO

➤ Pessoa jurídica formada por uma sociedade que vive num determinado território e subordinada a uma autoridade soberana.

➤ Conjunto de poderes políticos e administrativos de uma nação.

NAÇÃO

✓ Agrupamento humano, cujos membros, fixados em um território,

✓ Ligada por laços históricos, culturais, econômicos e linguísticos.

d

Banca: IBFC Órgão: HEMOMINAS
Prova: Técnico de Enfermagem

18) O Estado é:

a) Uma organização que tem o reconhecimento da população para estabelecer regras a serem obedecidas por todos. Entretanto, outras organizações sociais apresentam legitimidade para suas ações acima do Estado.

b) Caracterizado como o monopólio do exercício legítimo da força em uma sociedade.

c) Uma organização que exerce o poder sobre os indivíduos que ocupam um determinado território, sem legitimidade.

d) Uma unidade federativa de um país, sem autonomia administrativa, subordinada à Presidência da República.



Banca: PC-MG Órgão: PC-MG
Prova: Delegado de Polícia

19) Por forma de Estado podemos entender o seguinte.

- a) A quem é atribuído e como deve ser exercido o poder político do Estado.

- b) A relação de confiança entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, com vistas a manter a estabilidade política, jurídica e social.

c) De que maneira ocorre a organização político-administrativa do Estado, estabelecendo o grau de descentralização do poder central e a autonomia dos poderes locais.

d) De que maneira é exercido o poder político do Estado em determinado momento histórico, demonstrando, assim, a relação entre governantes e governados.

^dESTADO DE DIREITO

X

ESTADO
DEMOCRÁTICO DE
DIREITO

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos:

Estado de Direito	Estado Democrático de Direito
Subordina o Estado ao ordenamento jurídico. Diminui-se o poder do governo e aumenta-se as garantias fundamentais.	Espécie do Estado de Direito, sendo que o povo deve participar da vida política do Estado (soberania popular).



Banca: FEPESE Órgão: SEFAZ-SC

**Prova: Auditor Fiscal da Receita Estadual - Parte II
(adaptada)**

Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é correto afirmar que a Cidadania e dignidade da pessoa são princípios relativos à existência do Estado de Direito.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

III FUNDAMENTOS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, ... e tem como fundamentos:

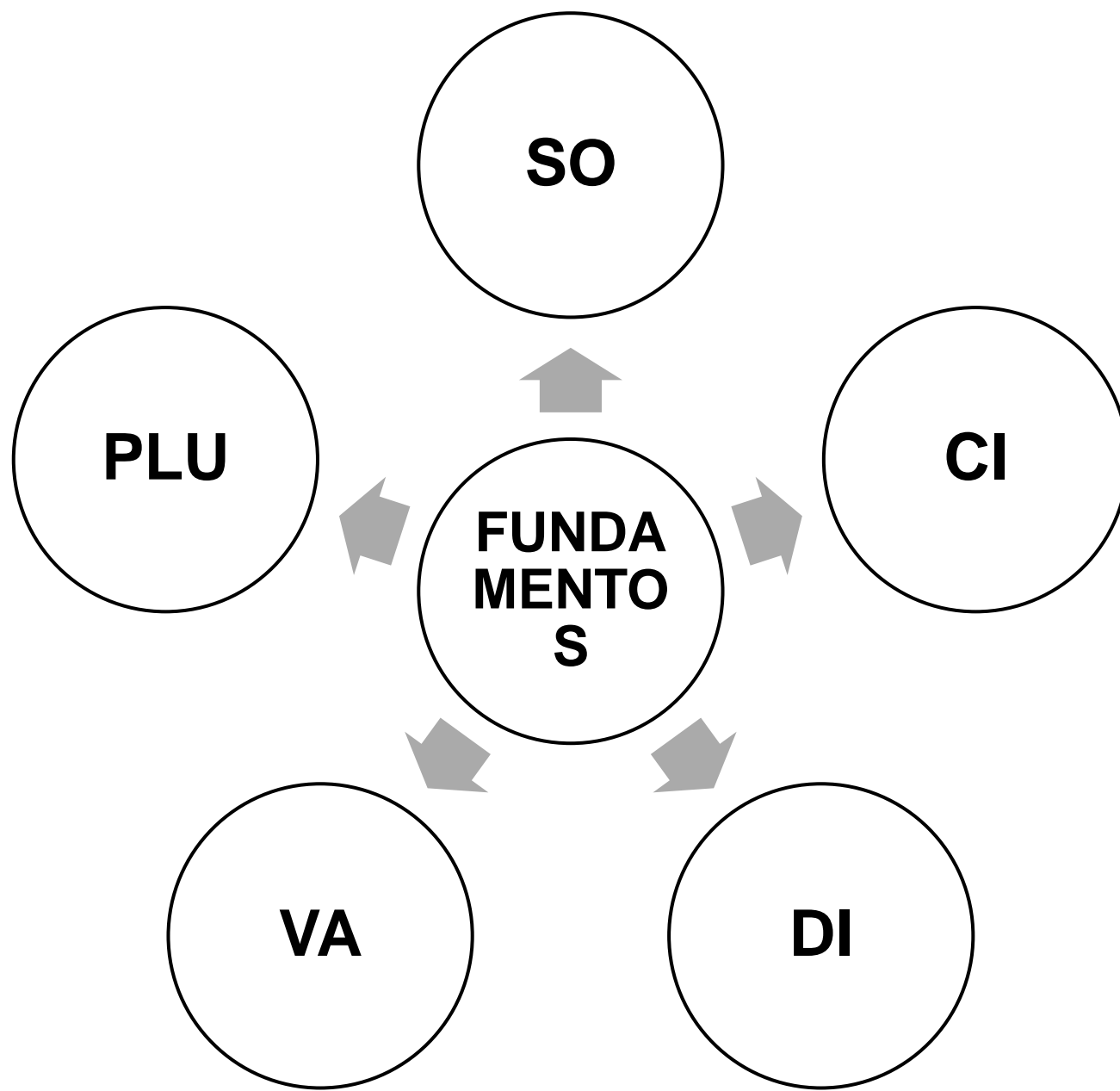
I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.



FUNDAMENTOS

d

SO

BERANIA

CI

DADANIA

DI

GNIDADE DA PESSOA HUMANA

VA

LORES SOCIAIS DO TRABALHO E DA LIVRE INICIATIVA

PLU

RALISMO POLÍTICO

d

Ano: 2015 Banca: CESPE Órgão: STJ
Prova: Conhecimentos Básicos para o Cargo 15

20) A dimensão substancial da liberdade de expressão guarda relação íntima com o pluralismo político na medida em que abarca, antes, a formação da própria opinião como pressuposto para sua posterior manifestação.

▫ PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

***Art. 1º Parágrafo único.** Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

d PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

PODER EMANA DO POVO

```
graph TD; A[PODER EMANA DO POVO] --> B[DIRETAMENTE]; A --> C[INDIRETAMENTE]; B --> B1[✓ Plebiscito]; B --> B2[✓ Referendo]; B --> B3[✓ Iniciativa Popular]; C --> C1[✓ Eleições];
```

DIRETAMENTE

- ✓ Plebiscito
- ✓ Referendo
- ✓ Iniciativa Popular

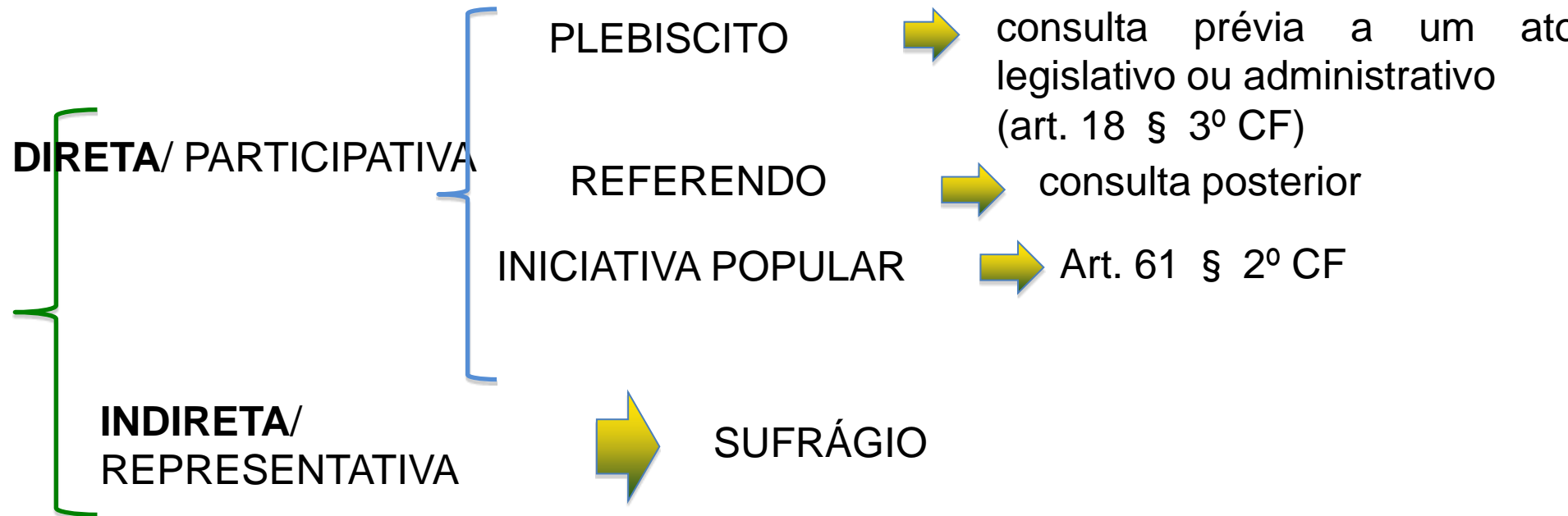
INDIRETAMENTE

- ✓ Eleições

Democracia

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
I – plebiscito; II – referendo; III - iniciativa popular.

DEMOCRACIA





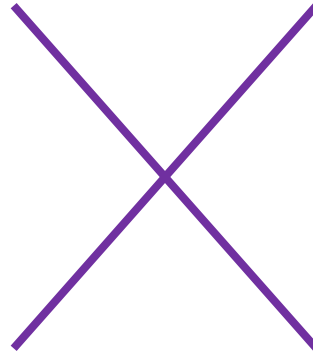
DEMOCRACIA

DIREITO

Domínio da Razão

Vigoram:

- 1) supremacia da lei e;
- 2) o respeito aos direitos fundamentais.



POLÍTICA

Vontade da maioria

Vigoram:

- 1) a soberania popular e;
- 2) o governo da maioria.

d O Supremo Tribunal Federal desempenha dois papéis distintos

CONTRAMAJORITÁRIO

Quando invalida atos dos outros Poderes em nome da Constituição.

Implica proteção às regras da vida democrática e dos direitos fundamentais;

REPRESENTATIVO

Atende as demandas sociais que ficam paralisadas no Congresso.

Não pode deixar de decidir em face da garantia de acesso à jurisdição.

d

Ano: 2017 Banca: VUNESP Órgão: TJ-SP
Prova: Juiz Substituto

No âmbito do direito constitucional brasileiro, pode-se afirmar:

a) o papel representativo é incompatível com as competências que a Constituição Federal outorga ao Supremo Tribunal Federal e com o deficit democrático de sua composição.

b) a soberania popular se expressa pelos agentes públicos eleitos e a proteção da ordem jurídica é conferida ao Poder Judiciário, operando-se a separação rígida entre direito e política.

c) o Supremo Tribunal Federal desempenha dois papéis distintos:

I – o primeiro na teoria constitucional, denominado de contra majoritário, que implica proteção às regras da vida democrática e dos direitos fundamentais;

II – o outro papel, denominado representativo, implica o atendimento de demandas sociais e anseios políticos que não foram objeto de deliberação pelo Parlamento, não podendo deixar de decidir em face da garantia de acesso à jurisdição.

d

d) a legitimidade política decorre da representação por via eleitoral, que autoriza os parlamentares a deliberarem em nome do povo, sendo, portanto, vedada a representação discursiva.

d

Banca: CESPE Órgão: TRT - 17ª Região (ES)

Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa

21) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), todo o poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos diretamente.

Banca: CESPE Órgão: TCU Prova: Técnico de Controle Externo - Área Administrativa

22) Apesar de a CF estabelecer que todo o poder emana do povo, não há previsão, no texto constitucional, de seu exercício diretamente pelo povo, mas por meio de representantes eleitos.

d

Banca: CESPE Órgão: MS

Prova: Analista Técnico - Administrativo

23) Os direitos políticos constituem um conjunto de regras que disciplinam as formas de atuação da soberania popular e são um desdobramento do princípio democrático, segundo o qual, todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos.

Banca: CESPE Órgão: Polícia Federal

Prova: Conhecimentos Básicos - Nível Superior

24) O estabelecimento pela CF de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos seus termos, evidencia a adoção da democracia semidireta ou participativa.

Ano: 2015 Banca: REIS & REIS Órgão: Prefeitura de Santana do Jacaré – MG Prova: Psicólogo (+ provas)

17) O povo não exerce seu poder de modo imediato, mas pelos seus representantes, eleitos periodicamente, a quem são delegadas as funções de governo.

A definição acima refere-se à:

- a) Democracia Direta;
- b) Democracia Indireta;
- c) Ditadura Direta;
- d) Monarquia Direta.

PODERES DA UNIÃO

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



- PL
 - PE
 - PJ
- ✓ Independentes (funções típicas)
 - ✓ Harmônicos entre si (funções atípicas)

d

Montesquieu (O espírito das Leis).

CF/88, art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Qual a diferença entre poder, função e órgão?

PODER

Atributo do Estado.

FUNÇÃO

Modo do Estado manifestar sua vontade.

ÓRGÃO

Instrumento de que se vale o Estado para exercer suas funções.



ÓRGÃO	FUNÇÃO TÍPICA	FUNÇÃO ATÍPICA
LEGISLATIVO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ FISCALIZAR ▪ LEGISLAR 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ JULGAR: CRIMES DE RESPONSABILIDADE ▪ ADMINISTRAR: LICENÇA, FÉRIAS, PROVER CARGOS ETC.
EXECUTIVO	ATOS DE ADMINISTRAÇÃO	<p>LEGISLAR: MEDIDA PROVISÓRIA (ART. 62)</p> <p>JULGAR: APRECIAR DEFESA E RECURSOS ADMINISTRATIVOS.</p>
JUDICIÁRIO	FUNÇÃO JURISDICIONAL	<p>LEGISLAR: REGIMENTO INTERNO (ART. 96, I, a)</p> <p>ADMINISTRAR: LICENÇA E FÉRIAS (ART. 96, I, f)</p>

Previsão Constitucional

Checks and balances

Proporcionar uma harmonia entre os poderes do Estado

Pressupõe a existência de mecanismos de controle externo

Observa-se, principalmente, limites estabelecidos diretamente na Constituição.

É um exemplo de controle da administração.

d Controle **administrativo**

É controle que a própria Administração Pública realiza sobre suas atividades, **sem contar**, portanto, com a ingerência externa dos Poderes Legislativo (controle parlamentar) e Judiciário (controle jurisdicional).

Controle **da Administração**

Engloba todas as formas de controle que a Administração Pública possui: o controle interno, externo* e o popular.

* **Controle externo**: compõe o sistema constitucional checks and balances.

Atividade fiscalizatória do Poder Legislativo

(**Controle externo** dos atos dos demais Poderes estatais)

Exemplo 1

- ✓ Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo.

Exemplo 2

- ✓ Comissões parlamentares de inquérito (CPIs) investigando fatos determinados.
- ✓ CPIs controlando mérito de ato administrativo.

d

Ano: 2017 Banca: CESPE Órgão: PC-GO

Prova: Delegado de Polícia Substituto

Assinale a opção correta a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.

a) Adotada por diversos países, entre eles o Brasil, a ideia de tripartição dos poderes do Estado em segmentos distintos e autônomos entre si — Legislativo, Executivo e Judiciário — foi concebida por Aristóteles.

b) A atividade legislativa e a de julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade são funções típicas do Poder Legislativo.

c) Constitui exemplo de mecanismo de freios e contrapesos a possibilidade de rejeição, pelo Congresso Nacional, de medida provisória editada pelo presidente da República.

d) As expressões poder, função e órgão são sinônimas.

e) A CF adotou o princípio da indelegabilidade de atribuições de forma absoluta, inexistindo qualquer exceção a essa regra.

AL-SP - Agente Técnico Legislativo Especializado

– Direito

1) No Brasil, as funções atípicas, relacionadas à teoria da separação de poderes, só poderão ser realizadas mediante expressa previsão legal.

(FGV-OAB) A divisão dos poderes, bem como sua independência, não é absoluta. Há interferências que visam ao estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos e à busca do equilíbrio necessário. Só **não** é exemplo de freios e contrapesos:

a) O Executivo tem participação importante no Legislativo quer pela iniciativa das leis, quer pela sanção e pelo veto;

b) O Congresso, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá rejeitar o veto do Executivo;

c) Os Tribunais, embora não interfiram no Legislativo, estão autorizados a declarar a inconstitucionalidade das leis;

d) O Poder Legislativo se organiza em duas Casas, Câmara e Senado, sistema denominado bicameralismo.



FCC - DPE-SP – Defensor (adaptada)

A teoria dos checks and balances prevê que a cada função foi dado o poder para exercer um grau de controle direto sobre as outras, mediante a autorização para o exercício de uma parte, embora limitada, das outras funções.

A cláusula da separação de poderes prevista no inciso III do parágrafo 4º do artigo 60 torna inconstitucional emendas que modifiquem o arranjo de separação de poderes existente no texto constitucional.



Banca: CESPE Órgão: TJ-RR

Prova: [Administrador](#)

O sistema *checks and balances*, criado por ingleses e norte-americanos, consiste no método de freios e contrapesos adotado no Brasil. Nesse sistema, todos os poderes do Estado desempenham funções e praticam atos que, a rigor, seriam de outro poder, de modo que um poder limita o outro.

• CESPE - PC-ES - Delegado de Polícia – Específicos

O controle que o Poder Legislativo exerce sobre a administração pública limita-se às hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988 (CF) e abrange aspectos de legalidade e de mérito do ato administrativo.



Banca: CESPE Órgão: TRE-GO

Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária

Conforme a doutrina dos *checks and balances*, a preservação do equilíbrio das instituições democráticas, inclui-se entre os objetivos do controle administrativo.

d **Ano: 2014 Banca: CESPE Órgão: Câmara dos**
Deputados
Prova: Analista Legislativo

No Brasil, o Poder Executivo exerce a função jurisdicional de forma atípica quando julga seus próprios servidores por infrações cometidas no exercício do cargo. Esse exercício é possível graças ao sistema de pesos e contrapesos adotado no país.



STF

(2016)

É inconstitucional a Lei nº 13.269/2016, que autorizou o uso da fosfoetanolamina sintética ("pílula do câncer) por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, mesmo sem que existam estudos conclusivos sobre os efeitos colaterais em seres humanos e mesmo sem que haja registro sanitário da substância perante a ANVISA.

STF. Plenário. ADI 5501 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 19/5/2016 (Info 826).

Fundamento: ofensa ao princípio da separação dos Poderes

O STF entendeu, ainda, que a Lei nº 13.269/2016 afrontou o princípio da separação de Poderes. Isso porque incumbe ao Estado o dever de zelar pela saúde da população. O Poder Legislativo não pode liberar substância sem os estudos clínicos específicos e até a presente data, não há elementos técnicos assertivos da viabilidade do medicamento. A Anvisa é a autarquia técnica para autorizar e controlar a distribuição de substâncias químicas segundo protocolos cientificamente validados.



DIVISÃO DOS PODERES



ELEMENTOS DA DIVISÃO DOS PODERES

Especialização Funcional

Sentido objetivo, material ou funcional

Governo

Adm. Pública

Funções

Atividades

F. Legislativa
F. Executiva
F. Jurisdicional
F. Ess. à Justiça

Serviço Público
Fomento
P. de Polícia
Intervenção
Administrativa

Independência Orgânica

Sentido subjetivo, formal ou orgânico

Governo

Adm. Pública

Poderes

Órgãos;
Entidades;
Agentes
Públicos

P. Legislativo
P. Executivo
P. Judiciário
M. Público

d CONSULPLAN - Estag (TJ MG)/TJ MG/Direito/2016

Sobre o tema “Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil”, assinale a alternativa correta.

- a) Em relação ao princípio da Separação de Poderes, a independência entre os referidos Poderes é absoluta.
- b) A doutrina explica que a divisão dos Poderes fundamenta-se em dois elementos: a especialização funcional e a independência orgânica.

c) A Soberania significa, no plano externo, a supremacia do Estado sobre as demais instituições e, no plano interno, a independência do Estado em relação aos demais Estados.

d) Considerando-se o conceito da doutrina em geral e não aquele do pensador Raul Machado Horta, a Constituição de 1988 mantém o federalismo assimétrico, fazendo concessões ao federalismo simétrico.

OBJETIVOS

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



CON GARRA ERRA POUCO...

1) CON - CONstruir uma sociedade...

2) GAR - GARantir...

3) ERRA- ERRAdicar a pobreza...

4) P - Promover o bem de todos...

MACETE!!!
(ART. 3º)



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:



RELAÇÕES
INTERNACIONA
IS



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

d

IN PANICO SÓ DECORE

Independência nacional

Prevalência dos direitos humanos

Autodeterminação dos povos

Não-Intervenção

COoperação entre os povos para o progresso da humanidade

Solução pacífica dos conflitos

Defesa da paz

Concessão de asilo político

Repúdio ao terrorismo e ao racismo

MACETE!!!
(ART. 4º)

d

DECORA PISCINÃO

DEfesa da paz

COoperação entre os povos para o progresso da humanidade

Repúdio ao terrorismo e ao racismo

Auto determinação dos povos

Prevalência dos direitos humanos

Igualdade entre os Estados

Solução pacífica dos conflitos

Concessão de asilo político

Independência nacional

NÃO intervenção

MACETE!!!
(ART. 4º)



Asilo

Ato Discricionário

Foro internacional de acompanhamento:
não existe

Motivo de concessão: perseguição
política

Perseguição individualizada

Pode ser solicitado no país de origem

Refúgio

Ato Vinculado

Foro internacional de acompanhamento:
Acnur

Motivo de concessão: perseguição por
grupo social, religião, raça etc

Perseguição de grupos maiores

Só é admitido quando o pessoa está fora
do país de origem



CESPE AJ TRE RS/TRE RS/Administrativa/2015

Assinale a opção correta de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF).

- a) Os objetivos fundamentais traçados pela CF constam de rol taxativo que não admite ampliação por obra do intérprete constitucional.
- b) A cidadania é conceito que se confunde com a democracia e cujo exercício nessa se encerra.

c) A dignidade da pessoa humana é princípio unidimensional, porque estritamente jurídico, e estanque, porque integrado estaticamente pelo conjunto de direitos fundamentais previstos na Constituição.

d) Os valores do trabalho e da livre iniciativa previstos na Constituição têm relação essencialmente com o trabalho remunerado e buscam assegurar ao trabalhador a correspondente e justa contraprestação pelo desempenho de suas tarefas.

e) A concessão de asilo, ato de soberania, não obsta a posterior extradição do asilado

Art. 4º Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações



Integração

P olítica
E conômica
S ocial
C ultural

Da América
Latina



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (RELEVÂNCIA JURÍDICA)

NORMAS-SÍNTESE
ou
NORMAS-MATRIZ

Ex: art. 1º p.u ; art. 2º

NORMAS
INDICATIVAS DOS
FINS DO ESTADO

Ex: art. 3º ,III

NORMAS
COMPORTAMENTO
P.JURÍDICA DE
INTERNACIONAL.

Ex: ART. 4º

DE
DE
D.



DISCRIMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

I) Princípios relativos à existência, forma, estrutura e tipo de Estado.

(art. 1º da CF/88)

- 1) República Federativa do Brasil;
- 2) Soberania;
- 3) Estado Democrático de Direito.



DISCRIMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**II) Princípios relativos
à forma de governo e
a organização dos
poderes
(arts. 1º e 2º da CF/88)**

1) República;

2) Separação dos Poderes



DISCRIMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

III) Princípios relativos à organização da sociedade.

(arts. 3º, I da CF/88)

- 1) Princípio da livre organização social;
- 2) Princípio da convivência justa;
- 3) Princípio da solidariedade.

DISCRIMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

IV) Princípios relativos ao regime político

**(arts. 1º, parágrafo
único da CF/88)**

- 1) Princípio da cidadania;
- 2) Princípio da dignidade da pessoa;
- 3) Princípio do pluralismo;
- 4) Princípio da soberania popular;
- 5) Princípio da representação política;
- 6) Princípio da participação popular direta.



DISCRIMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

V) Princípios relativos à prestação positiva do Estado.

- 1) Princípio independência e do desenvolvimento nacional (art. 3º, II);
- 2) Princípio da justiça social (art. 3º, III)
- 3) Princípio da não discriminação (art. 3º, IV).



DISCRIMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**VI) Princípios
relativos à
comunidade
internacional.**

(arts. 4º da CF/88)

- 1) Princípio de independência nacional;
- 2) Princípio do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana;
- 3) Princípio da autodeterminação dos povos;



DISCRIMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**VI) Princípios
relativos à
comunidade
internacional.
(arts. 4º da CF/88)**

- 4) Princípio da não intervenção;
- 5) Princípio da igualdade dos Estados;
- 6) Princípio da solução pacífica dos conflitos e da defesa da paz;



DISCRIMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

VI) Princípios relativos à comunidade internacional.
(arts. 4º da CF/88)

- 7) Princípio do repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- 8) Princípio da cooperação entre os povos;
- 9) Princípio da integração da América Latina.



REVISÃO



JOSÉ AFONSO DA

SILVA

José Afonso da Silva

Princípios
político-
constitucionais

Princípios
jurídicos-
constitucionais



PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS POSITIVOS

CATEGORIAS

PRINCÍPIOS POLÍTICO-
CONSTITUCIONAIS

Ligados a organização do Estado

PRINCÍPIOS JURÍDICO-
CONSTITUCIONAIS

Desdobramento do anterior

**Princípios Político-
Constitucionais**

ou

**Princípios
Fundamentais**

ou

**Princípios
Estruturantes do
Estado**

Constitucional

1) Decisões políticas fundamentais;

2) Normas-princípio: normas fundamentais de que derivam as normas particulares regulando relações específicas da vida social;

3) Princípios Constitucionais fundamentais, positivados em norma-princípio.

**Princípios Político-
Constitucionais**

ou

**Princípios
Fundamentais**

ou

**Princípios
Estruturantes do
Estado**

Constitucional

4) Relacionados a forma de existência política da nação (Carl Schmitt);

5) Art. 1º ao 4º do Título I da CF/88.

32) Assinale a afirmativa **incorreta**.

a) São características do princípio republicano: eleições periódicas para Chefe de Estado e Chefe de Governo, cidadania, soberania, diversas esferas de distribuição de poder, observância dos direitos fundamentais implícitos e explícitos, observância dos princípios sensitivos.

b) O princípio da indissolubilidade do vínculo federativo no Estado Federal Brasileiro tem como finalidades básicas a unidade nacional e a necessidade descentralizadora.

c) O princípio republicano impede que prevaleça a prerrogativa de foro, perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, mesmo que a prática delituosa tenha ocorrido durante o período de atividade funcional, se sobrevier a cessação da investidura do indiciado, denunciado ou réu, no cargo, função ou mandato, cuja titularidade se qualifica como o único fator de legitimidade constitucional apto a fazer instaurar a competência penal originária do STF.

d) Como corolário do princípio federativo, a União, os Estados membros, o Distrito Federal e os Municípios, no Brasil, são autônomos e possuidores da tríplice capacidade de auto organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.

e) A garantia constitucional de imunidade recíproca entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é corolária do princípio federativo.

33) Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil incluem

a) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluripartidarismo e a soberania.

b) a cidadania, a promoção do bem de todos e o duplo grau de jurisdição.

c) a República, os princípios sensíveis e a prevalência dos direitos humanos.

d) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, a independência nacional e a dignidade da pessoa humana.

e) o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a inviolabilidade do direito à vida.

34) Acerca dos princípios fundamentais da CF, julgue os itens a seguir.

I A República é uma forma de Estado.

II A federação é uma forma de governo.

III. A República Federativa do Brasil admite o direito de secessão, desde que esta se faça por meio de emenda à CF, com três quintos, no mínimo, de aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.

IV São poderes da União, dos estados e do DF, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

V. A expressão “Estado Democrático de Direito”, contida no art. 1.º da CF, representa a necessidade de se providenciar mecanismos de apuração e de efetivação da vontade do povo nas decisões políticas fundamentais do Estado, conciliando uma democracia representativa, pluralista e livre, com uma democracia participativa efetiva.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

5 FCC - 2013 - TJ-PE - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimto

35) Ao julgar a questão do nepotismo, o voto da ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que: “Nem precisaria haver princípio exposto - quer da impessoalidade, quer da moralidade administrativa - para que se chegasse ao reconhecimento da constitucionalidade das proibições de contratação de parentes para os cargos públicos.

Bastaria que se tivesse em mente a ética democrática e a exigência republicana, contidas no art. 1º, da Constituição, para se impor a proibição de maneira definitiva, direta e imediata a todos os Poderes da República.”

(STF - ADC 12 - Voto Ministra Cármen Lúcia, j. 28.8.2008,
Tribunal Pleno).

Considerando as linhas mestres do Estado Democrático de Direito brasileiro lançadas na decisão, é correto afirmar:

a) A república é a forma de estado que se opõe à monarquia. A exigência republicana citada no acórdão traduz a concepção clássica do termo, significares *publica*, ou seja, princípios que pertencem ao povo, não como uma multidão reunida de homens, mas sim, a uma sociedade organizada que tem por fundamento a observância da justiça e a comunhão de interesses.

b) Dentre os parâmetros da ética democrática encontra-se a ideia da ruptura do poder político encarnado na pessoa do dirigente para a ideia de valorização de instituições privadas como conjunto regulador, controlador e fiscalizador da ação política.

c) A qualidade da democracia pode ser avaliada pelo grau de liberdade, estado de direito, igualdade, grau de participação, responsabilidade vertical para com o eleitorado ou horizontal. Para se estabelecer a igualdade no Estado de Direito, o Princípio da Impessoalidade, previsto genericamente no artigo 37, caput, da Constituição Federal, deve ser preenchido com os valores vigentes na sociedade através de legislação específica, não podendo ser pressuposto de forma genérica, conforme a interpretação livre de cada juiz, diante do significativo espaço de discricionariedade, conforme posição majoritária da doutrina e do STF.

d) A análise do Princípio da Moralidade deve ser centrada na norma que o autoriza e não no ato administrativo. Moralidade não se confunde com legalidade, pois esta é requisito da norma.

e) O Princípio da Impessoalidade visa distinguir a esfera privada, impregnada por paixões e vícios, da esfera pública, impessoal, tendo as leis como campo simbólico da vontade geral e dos direitos.



FCC - Casa Civil-SP - Executivo Público

36) No que tange à democracia que o Estado de Direito realiza, dentre outras situações, analise:

I. Deve ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa e solidária.

II. É de natureza participativa porque envolve a participação exclusiva de agentes políticos no processo decisório e na formação dos atos de governo.

III. Há de ser um processo de liberação da pessoa humana das formas de opressão que não dependem do reconhecimento formal de certos direitos individuais, políticos e sociais e de condições econômicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) III.

**Ano: 2014 Banca: IBFC Órgão: PC-RJ Prova: Papiloscopista
Policial de 3ª Classe**

37) Todos os enunciados abaixo correspondem a fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 1º da Constituição Federal, exceto:

- a) A Soberania.
- b) A Cidadania.
- c) A Dignidade da pessoa humana.
- d) A Prevalência dos direitos humanos.
- e) O Pluralismo político.

d

Ano: 2014 Banca: IBFC Órgão: PC-SE

Prova: Escrivão Substituto

38) Todos os enunciados abaixo correspondem a objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 3º da Carta Política, exceto:

a) Promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

b) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

c) Garantir o desenvolvimento nacional.

d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

d

Ano: 2014 Banca: IBFC Órgão: SEPLAG-MG

Prova: Gestor de Transportes e Obras - Direito

39) NÃO é princípio, expressamente previsto na Constituição Federal, que rege o Brasil nas suas relações internacionais a_____ . Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna

a) Dignidade da pessoa humana.

b) Não-intervenção

c) Defesa da paz.

d) Concessão de asilo político



Ano: 2014 Banca: IBFC Órgão: TRE-AM
Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa

40) Acerca da organização e estrutura do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

a) O Brasil adotou como sistema de governo a República, o presidencialismo como forma de governo e a Federação como forma de Estado

b) O Brasil adotou como forma de governo a Monarquia, o parlamentarismo como sistema de governo e a Federação como forma de Estado.

c) O Brasil adotou como forma de Estado a República, o presidencialismo como forma de governo e a Federação como forma de governo.

d) O Brasil adotou como forma de governo a República, o presidencialismo como sistema de governo e a Federação como forma de Estado.

d

Ano: 2014 Banca: IBFC Órgão: TRE-AM
Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa

41) Assinale a alternativa que NÃO apresenta princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil:

- a) Prevalência dos direitos humanos.
- b) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Ano: 2013 Banca: IBFC Órgão: MPE-SP Prova: Analista de Promotoria I

42) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Erradicar a pobreza e a marginalização
- c) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) Formar de uma comunidade latino-americana de nações.

43) Analise as assertivas:

I. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

II. A prevalência dos direitos humanos constitui um dos objetivos da República Federativa do Brasil.

III. A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana.

IV. A soberania constitui um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Está correto, apenas, o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e III, apenas.

d PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**“Quando Deus fecha uma porta,
ele pode estar abrindo uma
janela.”**

PROF. LUIS ALBERTO

 **/concur**sos